

A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO COLABORATIVO COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Josilene Rejane da Silva¹ Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva²

RESUMO

Este estudo fomenta a educação especial na perspectiva da inclusão, se faz necessário que a entendamos, a existência em todos os níveis de ensino, reconhecendo-a como uma importante modalidade do nosso sistema para o aprendizado do educando e dos profissionais que atuam na educação especial, numa perspectiva inclusiva. Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como o trabalho colaborativo pode contribuir com o fazer pedagógico do profissional de apoio escolar, o professor de sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado, com o propósito de facilitar a efetiva inclusão do estudante, público da educação especial. Com os objetivos específicos de pesquisar sobre o trabalho desenvolvido pelos profissionais que atuam na educação especial, numa perspectiva inclusiva, relacionar as diferentes práticas pedagógicas utilizadas para o desenvolvimento das pessoas com deficiência nas escolas, identificar as políticas públicas que tratam da educação especial, averiguando o papel dos profissionais que atuam neste processo. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica, documental e de campo, apoiada por autores contemporâneos que enfatizam sua relevância neste estudo. A partir das análises dos dados foi entregue como instrumento de coleta de dados um questionário ao professor e aos profissionais de apoio escolar, os resultados das análises foram expostos em figuras e tabela. Os resultados apontaram satisfatórios para que a premissa essencial da educação especial seja cumprida, sendo esta a inclusão escolar de seu público. Para tanto, foi dividida as considerações em três momentos: o primeiro voltado à escola inclusiva; o segundo destacando os entraves/desafios para a concretização da perspectiva inclusiva na escola e o terceiro, dedicado ao trabalho colaborativo na inclusão escolar. Na tentativa de incluir com eficiência o público da educação especial, pois todos os profissionais da escola são importantes no processo educacional.

Palavras-chave: Trabalho colaborativo, Práticas pedagógicas, Inclusão escolar.

INTRODUÇÃO

Para falar de intervenções possíveis no processo de aprendizagem do trabalho colaborativo como prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva é essencial dialogar um pouco sobre a modalidade da educação especial no caminho da perspectiva da inclusão, se faz necessário que a entendemos, como existente em todos os níveis de

¹Mestranda em ciências da educação pela Christian Business School-CBS, josilvar22@gmail.com;

²Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, <u>neide-silva96@hotmail.com</u>.



ensino, reconhecendo-a como uma importante modalidade do nosso sistema para o aprendizado do educando.

É preciso também que reconhecemos que esta modalidade tem a sua especificidade e necessidade de olhar atento para que seus objetivos sejam alcançados. Nesse sentido, entendemos como principal objetivo da Educação Especial à inclusão eficiente do educando público desta modalidade pessoas com deficiência, pessoas que estão dentro do Transtorno do Espectro Autista e pessoas com Altas Habilidades e Superdotação para garantir não só a sua matrícula, mas também o acesso, a permanência e aprendizagem.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar como o trabalho colaborativo pode contribuir com o fazer pedagógico do profissional de apoio escolar, o professor de sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado, com o propósito de facilitar a efetiva inclusão do estudante, público da educação especial.

Para tanto, muitos processos precisam ser fomentados, desde políticas públicas que versem acerca de financiamento até o cuidado com o proceder pedagógico. A reflexão no trabalho investigativo foi realizada e se debruçou essencialmente sobre o aspecto relacionado com o fazer pedagógico que acontece dentro da escola e pretendeu focar o olhar nos sujeitos que estão diretamente empenhados com esse papel: o profissional de apoio escolar, o professor de sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado.

Isso porque, apesar do reconhecimento da importância da inclusão escolar efetiva para este público, notadamente há, embora muito esforço tenha se empenhado em superá-las, diversas dificuldades em efetivar essa perspectiva inclusiva. A partir do que foi mencionado, compreende-se que o potencial existente na relação entre o profissional de apoio escolar, o professor de sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado.

Nesse contexto, a pesquisa foi realizada em uma escola pública que oferta o Atendimento Educacional Especializado ao público da modalidade da educação especial se propõe a refletir sobre como o trabalho colaborativo pode contribuir para a promoção da inclusão escolar. Por compreender que, refletir sobre processos colaborativos em educação auxiliará significativamente na busca de caminhos que integrem partilha e acolhimento.





Vários momentos do percurso educativo no Brasil houve a preocupação com a educação oferecida para os educandos com deficiência e grande sempre foram às discussões acerca de como, onde e de que maneira esse processo deveria ocorrer.

Historicamente, o ensino desses sujeitos era realizado em ambientes diferentes da escola regular, num processo de exclusão daqueles que eram considerados diferentes e, até certo ponto, incapazes. Essas escolas especializadas pensavam um processo de aprendizagem centrada na "patologia" da pessoa com deficiência, muitas vezes sem pensar nela própria, desprezando uma visão integral do ser e da educação.

A partir do questionamento da eficiência deste modelo de educação centrado na patologia, uma nova visão de educação especial começou a surgir. Podemos indicar como marcos legal desta nova mentalidade a Declaração de Salamanca, a Constituição Federal de 1988, o ECA de 1990, e a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996.

Esse conjunto de marcos legal veio a corroborar para o que vinha sendo pensado por diversos teóricos da área: que a educação para a pessoa com deficiência, TEA, altas habilidades e superdotação não poderia ser legada a um ambiente restrito, mas, dar-se no âmbito da escola regular.

Para tanto, toda uma mudança de mentalidade e ações deveriam ser pensadas e implementadas. O exemplo do cuidado com a formação docente dos profissionais envolvidos no processo. Inclusive adotando a postura de uma formação contínua, que contemple a capacidade de não apenas lhe dar com os diferentes tipos de dificuldades e deficiências, mas, adaptar o currículo de forma a contemplar o plural, o múltiplo e os diferentes jeitos de ser dos educandos.

Por isso, acreditamos que a reflexão de todo o processo de ensino-aprendizado da pessoa com deficiência passa por um debate amplo, ao nível de política, mas também restrito, ao nível de prática pedagógica, no ambiente escolar. E no âmbito da sala de aula é preciso refletir questões como a maneira como o professor e a escola como um todo poderá equacionar a diferença na proposta de ensino na sala de aula regular para que os alunos com deficiências sejam realmente incluídos.

Esta proposta requer ao mesmo tempo uma unicidade de atividades para a classe, com as necessárias adaptações e flexibilização, porém, sempre partindo dos próprios alunos como fonte de organização.

Quando compreendemos qual o objetivo de uma educação especial, que trabalha na perspectiva da inclusão temos que reconhecer que esta tem um caminho de tantos





desafios pela frente. Entre estes desafios, acreditamos que o mais nítido é o de ressignificar vários entendimentos para construir novas práticas.

Quando esse entendimento não alcança os profissionais às chances de sabotagem do projeto inclusivo são gritantes. Por receio do fracasso, por falta de investimento em seu processo de formação continuada e até por apego às velhas práticas, os profissionais acabam não colaborando para que, no cotidiano escolar, a inclusão aconteça.

Outro desafio encontrado é no entendimento que não é só dever do professor, no contexto da escola, fazer a perspectiva da inclusão acontecer. A escola inclusiva deve estar no projeto de uma sociedade inclusiva, o que pressupõem que essa é uma prerrogativa para além dos muros da unidade de ensino. Acolher a pessoa com deficiência e garantir seu acesso ao ensino regular formal não necessita apenas de boa vontade, mas de materiais técnicos, adaptações curriculares e físicas na escola. Bem como um plano de atividades cooperativo que abarque inclusive uma rede de apoio em outras instituições caso seja necessário a exemplos de acompanhamento médico e de saúde, cuidados suplementares e aporte na assistência social para a garantia de permanência na rede progressão a todos os níveis de ensino.

Na tentativa de incluir com eficiência o público da educação especial, todos os profissionais da escola são importantes, mas como já dissemos, nesta investigação iremos nos deter no trabalho de três profissionais em específico, o profissional de apoio escolar, o professor de sala de aula regular e o professor do atendimento educacional especializado.

Quando falamos nesses três personagens, estamos falando de trabalhos intimamente relacionados, mas com responsabilidades diferentes. Trabalhos que acontecem ora no mesmo ambiente (a sala de aula regular), ora em ambientes distintos (a sala de recursos multifuncionais). Porém, embora o foco e o modus operandi de cada profissional seja diferente, a finalidade do trabalho é uma só: garantir a aprendizagem e a inclusão do educando.

Diante disso, a população teria seus direitos resguardados de forma que a Política de garantia da seguridade não fosse isolada das demais competências do Estado. O que contribuiu para que fosse sancionada, a Lei Berenice Piana (12.764/12), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Este foi um marco legal relevante para garantir direitos as pessoas com TEA. A legislação determina o acesso a um diagnóstico precoce, tratamentos, terapias e





medicamentos pelo Sistema Único de Saúde; à educação e à proteção social; ao trabalho e a serviços que propiciem a igualdade de oportunidades. Ademais, ressalta-se que assegurar a pessoa com Transtorno do Espectro Autista o diagnóstico precoce, ainda que não definitivo, contribui para o acesso ao atendimento multiprofissional, nutrição adequada, terapia nutricional, medicamentos e informações que auxiliem no tratamento, assim almeja-se a qualidade de vida das pessoas com o transtorno.

A partilha de conhecimentos e experiências, nesta perspectiva, se torna essencial. Isso posto, é preciso esclarecer que esse estímulo à cultura colaborativa não abstém, a busca por aprimoramento dos agentes educacionais. É importante que professores do ensino regular e profissionais de apoio escolar, busquem formação e estudem novas práticas educativas, pois como cita Mantoan (2003, p. 67) "estamos habituados a repassar nossos problemas para outros colegas, os 'especializados' e assim não recai sobre nossos ombros o peso de nossas limitações profissionais".

Então, retiramos a exclusividade de instruir e conhecer acerca das condições apresentada pelo educando do professor especialista, aquele que atua no atendimento educacional especializado e engajamos a todos os sujeitos nessa busca por conhecimento.

METODOLOGIA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, utilizando como métodos a revisão bibliográfica de documentos oficiais, além de entrevistas com professores do Atendimento Educacional Especializado-AEE e apoios escolares.

A revisão bibliográfica deste estudo iniciou-se após a definição do tema de pesquisa, com a seleção de literaturas pertinentes à construção da base metodológica. As leituras foram direcionadas aos autores de referência sobre a importância do trabalho colaborativo como prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva.

Em consonância com Macedo (2009), que afirma que para o pesquisador qualitativo, não há quadro teórico inquestionável, esta pesquisa buscou transcender as limitações dos referenciais teóricos tradicionais e abrir espaço para a construção de novas interpretações.

Os sujeitos da pesquisa foram uma (01) professora que leciona no AEE e dez (10) apoios escolares que trabalham no ensino fundamental nos anos iniciais. O lócus da





pesquisa foi realizado em uma escola pública localizada em uma cidade do agreste pernambucano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao observar e interpretar a entrevista realizada a professora que leciona no AEE, foi possível averiguar a intervenção prática da professora no momento da entrevista com a mediadora, pois a docente estava em atendimento. E a professora foi entrevistada sobre como o professor do atendimento educacional especializado colabora no desempenho escolar dos estudantes com deficiência.

A intervenção prática foi realizada na sala do Atendimento Educacional Especializado-AEE, a prática das intervenções foi concretizada com uma criança com o Transtorno do Espectro Autista-TEA. O primeiro contanto com a estudante foi desenvolvido um momento de aproximação de afeto e confiança, para poder desenvolver as atividades adaptadas nas sessões do atendimento.

Como aponta nas fotos abaixo o momento que a professora do AEE utilizou o lança bolhas para ganhar confiança e a aproximação da estudante na atividade prática durante a intervenção, um brinquedo que trabalha diversas habilidades, como a coordenação motora e visual. As crianças precisam fazer movimentos corporais e faciais para desenvolver sua aprendizagem. Como aponta nas figuras a seguir:



A atividade do lança bolha foi um sucesso na intervenção, pois a professora conseguiu acalmar a estudante diante do seu comportamento estereotipado, foi através deste brinquedo que ela conseguiu acalma-la para iniciar as atividades acadêmicas.





Para fomentar a primeira sessão nas intervenções a docente utilizou a atividade do carretel, onde a professora construiu este carretel para desenvolver diversas habilidades, como por exemplo: foram trabalhadas atividades sensoriais, sequência de cores, quantidades, coordenação motora fina e visomotora.

Figura-2: Carretel das habilidades executivas.

Fonte: elaborada pela autora, 2025.

Fica em evidência o comportamento da estudante no momento do reforçador positivo do brinquedo lança bolha, pois foi a partir desse reforçador que a estudante conseguiu acalmar para realizar a atividade adaptada do carretel.

A criança ficou atenta nos comandos das atividades exploradas, primeiro foi trabalhado o sensorial para ajudar regular o sistema nervoso, depois foram utilizados clipes coloridos para desenvolver o movimento de pinça no momento da coordenação motora fina. Após realização da atividade pela estudante que concluiu com sucesso duas correntes com os clipes coloridos, a professora pediu para contar a quantidade dos clipes rosa.

Fundamentando as reformulações das políticas públicas sobre a Educação e a Educação Inclusiva, entendemos que "[...] a Educação Especial é definida como uma modalidade de ensino transversal a todos os níveis, etapas e modalidades" (Brasil, 2008, p.3). O Atendimento Educacional Especializado (AEE) advém dessas transformações históricas e de políticas da Educação Especial no Brasil em uma perspectiva inclusiva.

Contudo foi uma intervenção prazerosa, pois os objetivos foram alcançados nessa sessão de atendimento. A criança ficou concentrada nas diversas habilidades estimuladas. As funções executivas que foram vivenciadas neste carretel foram essenciais para o aprendizado, pois facilitou a capacidade de mudar de estratégias ou foco quando necessário, adaptando-se a situações e desafios inesperados.



Partindo para a segunda intervenção, foi explorada neste momento a estimulação cognitiva, realização de atividades que desafiem a memória, atenção e a flexibilidade cognitiva, fortalecendo a oralidade da estudante.

Figura-3: Poesia adaptada em lata.



Fonte: elaborada pela autora, 2025.

Além disso, o que facilitou a concentração da estudante no momento da intervenção foi o ambiente adequado, pois a criança é apaixonada por animais e ficou super atenta com a beleza dos animais nas jaulas com cores brilhantes. A poesia em lata facilitou a oralidade e a compreensão, pois primeiro a professora do AEE apresentou a poesia em lata a estudante no momento da sessão.

Com o propósito de estimular a memorização e sequência das palavras que rimam na poesia, a docente pediu para a criança ler a poesia adaptada em lata e mais uma vez nesta sessão do atendimento psicopedagógico o objetivo foi concluído com sucesso. Como aponta Freire "a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades" (Freire, 2005).

Ficou em evidência que o trabalho colaborativo fortalece a modalidade da educação especial, dividindo a responsabilidade do ensino, considerando as especificidades, os ritmos e os estilos de aprendizado, para favorecer o acesso e a aprendizagem de todos os envolvidos.

A poesia Bichos em Perigo da autora Ana D'angelo, trouxe subsídios positivos no comportamento da estudante, pois é viável a interação da criança como aponta nas fotos. Ela realizou a leitura da poesia com tranquilidade, os comportamentos estereotipados foram observados no momento quando a criança pegava nas jaulas, pois ela balançava os braços com frequência demonstrando alegria por acertar cada estrofe da poesia que estava escrita atrás de cada jaula.





Seguindo para o próximo momento da intervenção, foi exposta na mesa cartelas com números e quantidades.

Figura-4: Cartelas dos numerais e quantidades.



Fonte: elaborada pela autora, 2025.

Nota-se nas figuras o comportamento viável na realização das atividades propostas na intervenção. A adaptação dos conteúdos e das atividades, levando em consideração as dificuldades e os pontos fortes do aluno, pode tornar o aprendizado mais acessível e significativo.

Para facilitar o desenvolvimento da atividade primeiro foi trabalhado a concentração e equilíbrio com a criança, foi realizada uma pirâmide com 10 (dez) copos plásticos da cor dourada, a mediadora colocou a bola rosa no topo da pirâmide dos copos, em seguida pediu para colocar os copos um dentro do outro sem deixar a bola cair, no momento dos encaixes dos copos a criança iria contar as quantidades dos copos, fortalecendo sua memória, concentração, foco, equilíbrio e contagem.

Destaca-se a relevância das autoras, Vilela e Freitas conceitua que:

A diferença da realização de uma Mediação Escolar, todo o trabalho pedagógico realizado com os educandos diante de um trabalho colaborativo entre as docentes, que planejavam juntas, sempre com o apoio da equipe, e as aulas eram organizadas e divididas igualmente: ora uma estava à frente das atividades com toda turma enquanto a outra circulava pela sala e auxiliava de maneira mais próxima e específica os alunos com deficiência e vice-versa (Vilela, Freitas, 2019, p.04).

Mais também a importância da intervenção precoce, quanto mais cedo o aluno receber intervenção, melhores serão os resultados do seu desenvolvimento. É importante que os pais, professores e outros profissionais envolvidos trabalhem em conjunto para criar um ambiente de apoio e inclusão que favoreça o aprendizado e o bem-estar do aluno.





Partindo para o questionário aplicado aos apoios escolares, como aponta a tabela a seguir.

Tabela-01: Como você colabora com o desenvolvimento das atividades dos estudantes da educação especial para fomentar a aprendizagem dos estudantes com deficiência?

APOIO ESCOLAR	RESPOSTAS
A1	Utilizo pranchas de comunicação aumentativa e alternativa para facilitar o apoio ao estudante e ao professor regente.
A2	Gosto de trabalhar em conjunto com a professora regente, para facilitar as adaptações das atividades, pois a estudante que acompanho é autista de nível três de suporte e necessita de muita atenção. Utilizo diversas gravuras de animais para chamar a atenção e fortalecer a concentração da estudante. Pois o Hiperfoco da estudante é animais e facilitou pra mim a confiança da aluna no momento das atividades.
A3	Eu colaboro auxiliando o aluno com deficiência em atividades como alimentação, higiene e locomoção, porém tento adaptar as atividades de leitura e escrita em parceria com a professora do regular, porém tenho mais resposta positivas de como adaptar as atividades com a professora do AEE.
A4	Colaboro a partir do apoio do professor regente e auxilio o aluno em suas atividades escolares, oferecendo suporte individualizado, esclarecendo dúvidas e promovendo a autonomia nas atividades escolares, junto com a família e a professora do regular e o AEE.
A5	O meu papel colaborativo é tentar ajudar a criança a desenvolver sua autonomia como, por exemplo: ir ao banheiro sozinho, merendar e realizar suas atividades pedagógicas adaptadas junto com a colaboração do professor regente.
A6	Organizo materiais pedagógicos junto com a professora regente e rotinas escolares, auxiliando os alunos a manterem o foco e a se organizarem quando entra em crise, pois estou com uma criança autista e esse ano ele esta com crises frequentes.
A7	Tento colaborar junto com todos que fazem a escola, família, gestores, professores e coordenadores, porém o meu foco é o estudante se adaptar no ambiente escolar buscando sua autonomia social.
A8	Tento adaptar atividades e materiais para alunos com deficiência junto com a professora do regular, garantindo sua participação plena nas atividades diversificadas.
A9	É muito importante a colaboração de todos que fazem parte da escola, mas o meu papel como apoio escolar é manter um ambiente saudável ao estudante diante das necessidades especificas do aluno. Pois se ele precisar ir ao banheiro tenho que estar disponível para acompanha-lo, pois o estudante necessita de vários suportes para realizar as rotinas escolares.
A10	Tento colaborar de mãos dadas com a professora regente, pois é a professora que planeja as aulas e trás as atividades para todos os estudantes, porém uma das minhas funções é de auxiliar o estudante nas suas atividades adaptadas.

Fonte, elaborada pela autora, 2025.

No entanto o apoio escolar colaborativo é essencial para criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo, acolhedor e eficaz para todos os alunos. O profissional de apoio atua como um facilitador, um mediador e um parceiro da equipe escolar e da família, contribuindo para o desenvolvimento integral de cada aluno.





No entendimento de Orrú (2010), é diante do processamento da interação entre o sujeito e seus interlocutores que se dá a aprendizagem da linguagem em si, desenvolvendo, deste modo, sua capacidade de simbolizar o mundo que a cerca. É fato que para o outro, dando sentido aos processamentos de interação social e, para si, na maneira de internalizar a aquisição do conhecimento é essencial a colaboração de todos para fortalecer o desenvolvimento do sujeito como todo.

Cabe salientar que nesse processo de mediação de colaboração, o ensino é englobado como uma prática ou uma intervenção repleta de cogitação, inferindo nos processamentos cognitivos, sociais e afetivos do aluno, sendo ele um sujeito ativo no processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão educacional e o trabalho colaborativo são temas interligados, com várias citações que ressaltam a importância da parceria e da troca de experiências entre diferentes atores na escola. Além disso, o trabalho colaborativo, como um princípio facilitador da inclusão, é apontado como uma ferramenta potente para um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

A colaboração entre professores, incluindo a parceria entre o professor do ensino regular e o professor da educação especial, é vista como fundamental para atender às necessidades de todos os alunos e promover um ambiente escolar mais inclusivo.

Portanto, evidencia-se que o ensino colaborativo emergiu como um caminho aos modelos de sala de recursos e classes ou escolas especiais, com propósito de responder às demandas das práticas de inclusão escolar dos alunos do público da educação especial. Entretanto, neste tipo de ensino, o docente da turma regular e o professor de educação especial formam uma cooperação de trabalho, propiciando o procedimento de inclusão.

Ainda assim, é relevante apontar que o objetivo do ensino colaborativo não é centralizar o trabalho apenas no estudante com deficiência, portanto, evidencia-se que é a partir das hipóteses que ambos os docentes devem trabalhar com todos os estudantes em sala de aula. Assim, reforçam-se, as atividades que devem ser adequadas com a finalidade de que todos os discentes tenham aproximação e consigam realizar as atividades especificadas.





REFERÊNCIAS

BRASIL, 2015, **Lei n. 13.146, de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 27 out.2024.

BRASIL. (1996). **Ministério da Educação e do Desporto.** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial. Integração, ano 11, n. 17, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: Secretaria de Educação Especial-MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**; e altera o § 30 do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (Seesp). Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasília: MEC/SEESP, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente.** São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

ORRÚ, Sílvia Ester. Contribuições da abordagem histórico-cultural na educação de alunos autistas. Rev. Hum Med, Ciudad de Camaguey, v. 10, n. 3, p. 1-11, dic. 2010.

VILELA, L.P. Freitas, M.D.S. Bidocência: Um caminho pedagógico a inclusão. Anos Iniciais em Revista — Vol. 3, n.º 3, 2019.

